

O proletariado deve pronunciar-se perante as ameaças de ditadura militar

A Confederação Geral do Trabalho apelou ontem para a classe operária a fim de ser declarada a greve geral contra as tentativas de opressão militarista. Mas o poder militar triunfante cometeu já o seu primeiro acto ditatorial, impedindo que circulasse um suplemento à "Batalha", no qual se incluía a proclamação da greve. A reacção domina e ameaça as liberdades públicas.

A Confederação Geral do Trabalho, a-pesar-de tudo, mantém a sua atitude. Resta que o operariado a secunde!

A Confederação Geral do Trabalho e os acontecimentos

NOTA OFICIOSA

A Confederação Geral do Trabalho, ao dirigir ao proletariado de todo o país a proclamação da greve geral, fez-o com a segura previsão do que se trama nos bastidores da política portuguesa. Os maquiavelismos das plutocracias, servidos por camarilhas de políticos venais, conduziram o país, lançaram o povo que vive exclusivamente do trabalho honesto, numa situação angustiosa de desesperança no dia de amanhã.

Do Norte ao Sul do país, uma população que sente sobre si a garra adunca do Estado a prender-lhe todas as energias, com a imposição de variados impostos que permitem manter as castas ociosas, chamadas de defesa nacional e da ordem pública, debate-se nas vascas duma pavorosa crise de trabalho provocada pela crise de competências directivas e, sobretudo, de competências morais.

Como reagente contra o descalabro em que o país se debate, vêm de levantar-se em varios pontos as forças militares, impondo uma preta moralização na administração pública. O proletariado sabe bem, pela experiência, que a casta militar não sobeja autoridade moral para impor-se aos desmandos verificáveis. E esta asserção é tanto mais real se tivermos em conta que em 15 anos de república passaram pelas cadeiras governamentais 80 por cento de elementos militares! Por outro lado, nos escândalos que têm marcado a dissolução social dos últimos tempos, os militares, simultaneamente políticos, não têm marcado pela isenção.

A Confederação Geral do Trabalho vê neste movimento de pretenso ressurgimento nacional, a mais feroz das ameaças contra as liberdades públicas. Alguns chefes militares, sem a visão da psicologia da população do país e contagiados pelo espírito ultramontano que permitiu o estabelecimento de regimes coercitivos e ditatoriais em Itália e na Espanha, consciente ou inconscientemente, fizeram, com o seu golpe, o jogo nefando dos reaccionários conservadores.

Muito embora rotulados de republicanos esses elementos na mais têm feito do que favorecer o retorno ao regime monárquico ditatorial, impondo, pelas armas, um sistema cuja aceitação repugna à maioria da população.

O proletariado português, conhecedor das violências de que os seus irmãos italianos e espanhóis têm sido alvo por parte da ditadura que para Portugal pretendem transplantar, não pode deixar de reagir, insurgindo-se com o mesmo ardor que o levou a subir as escarpas de Monsanto e a arriscar a vida no ataque à traulitânia.

A Confederação Geral do Trabalho ao lançar a greve geral não lançou sem motivo um brado de guerra. O seu gesto é a consequência natural do impulso dado à luta de classes pela inabilidade ou perversidade dos actuais dominantes no já celebre programa apresentado pelo general Gomes da Costa, programa que visa especialmente ao aniquilamento da organização operária e de todo o espírito liberal.

Pretende-se, C. G. T., por uma satisfação natural à função social que exerce, pôr-se em contacto com o operariado e orientá-lo na luta contra a opressão militarista. Não o entenderam assim as entidades oficiais; e o suplemento de A Batalha que inseria a proclamação da greve geral foi violentamente impedido de circular.

Eis o primeiro passo dado contra a manutenção das liberdades. Por isso, a Confederação Geral do Trabalho, reunido ontem o seu conselho confederal, há resolvido manter a luta em todo o país contra a ditadura fascista, luta que assumirá os aspectos que as circunstâncias indicarem.

Confia a C. G. T. que o povo trabalhador repelirá enérgicamente todos os propósitos militaristas. Reflexão, acção, eis o que a C. G. T. aconselha a todo o proletariado.

A Confederação Geral do Trabalho.

O proletariado contra a tentativa do estabelecimento da ditadura militar

Federação dos Operários da Indústria do Calçado, Couros e Peles

A Federação dos Operários da Indústria de Calçado, Couros e Peles, secundando a proclamação da C. G. T., convida todos os organismos da indústria a proclamarem a greve geral.

Manufactores de Calçado de Lisboa

O Sindicato dos Operários Manufactores de Calçado de Lisboa, neste momento em que as forças militares reaccionárias cercam Lisboa para imporem uma ditadura que será a ponte de passagem para a monarquia, convida o proletariado da indústria a secundar a greve geral proclamada pela C. S. T. e C. G. T.

Sindicato Unico do Mobiliário

Reuniu-se a comissão administrativa do Sindicato Unico do Mobiliário de Lisboa a fim de apreciar os últimos acontecimentos. Depois de usarem da palavra varios camaradas aprovou-se um enérgico protesto contra a atitude dos reaccionários que promovem o pronunciamento militar. Resolveu também convidar o operariado da indústria a secundar a greve geral proclamada pela C. G. T.

Federação das Juventudes Sindicistas

No momento em que a mais feroz das reacções acaba de mostrar a sua verdadeira força, a Federação das Juventudes

Sindicistas, no cumprimento do seu dever e em defesa da liberdade, convida todos os jovens sindicistas e revolucionários conscientes a cumprirem o seu dever, resistindo por todos os meios sejam eles os mais violentos, contra a feroz ditadura militar.

A violência, responde-se com a violência! E' esta a divisa de todos neste momento.

Ninguém pode duvidar das intenções dos autores deste golpe, pois as figuras que o chefiaram são todos monárquicos confessos.

Portanto, os campos estão definidos: dum lado os defensores da liberdade, do outro todos os reaccionários.

Pela liberdade! Contra a ditadura! A Federação das Juventudes Sindicistas.

Um vibrante manifesto da União Anarquista Portuguesa

A União Anarquista Portuguesa, que já no início do movimento marcou a sua atitude perante os acontecimentos, em face da nova faceta da insurreição militar editou um vibrante manifesto do qual extraiamos os seguintes períodos:

Justificando o regime de descalabro anterior, de que foram responsáveis, não um, nem dois, mas todos os políticos dos partidos desde os mais retrógrados aos mais avançados, toda a burguesia capitalista ávida de explorar e oprimir—os reaccionários de todas as tendências, monárquicos, republicanos, clericais, constitucionistas, deram-se as mãos e com o auxílio dum exército composto de filhos do povo, inconscientes, dirigidos por uma officialidade de ideais retrógrados, assentaram, num país onde se dizia que as ditaduras eram impossíveis, a mais odiosa ditadura!

Há 15 dias que se vem enganando audaciosamente o Povo Português! Porém agora a máscara que escondia a face hedionda da ditadura acaba de cair por terra. Quais os seus principais propósitos? Ei-los:

Liberdade religiosa e capacidade jurídica da Igreja—ou seja a livre expansão das manifestações do Catolicismo intolerante com a mordida para os que possuem ideias contrárias.

Protecção aos organismos que sejam contra a luta de classes—ou seja a extinção dos actuais sindicatos revolucionários e respectivas perseguições aos seus propagandistas.

Julgamentos sumarios em conselho de guerra no prazo de oito dias dos autores, instigadores e detentores de armas—ou seja a pena de morte, revelando já a cobardia, o pavor dos ditadores perante o movimento de protesto que se avizinha de toda a parte. Nesta rede irão cair, em grande número, todos aqueles que protestem contra o regime, representando com o seu protesto a consciência ofendida do Povo Trabalhador.

Mas são mais os propósitos da Ditadura, todos eles dirigidos ao único objectivo: apertar cada vez mais a rede opressiva do Estado, violando a consciência individual, tornando cada vez mais impossível a livre expansão popular, a união cada vez mais necessária de todo o povo para libertar-se deste regime burguês-capitalista que o asfixia.

Povo! Alerta!

A província toda vive sob idéntica pressão. E contra este estado de cousas é preciso contudo que os homens honrados e conscientes se ergam indignados.

Querem transformar Portugal numa caserna!

A incompetência da burguesia civil succedeu-se no governo a incompetência do militarismo, que só sabe matar.

Alerta, Povo Português!

Anarquistas, a postos!

A hora é de luta, para a luta temos de nos preparar desde já, senão queremos ser acionados de cobardes e de cúmplices, pelas gerações futuras!

O proletariado não pode cruzar os braços, nem deve fazer causa comum com a opinião burguesa. Deve sim rebelar-se imediatamente, mostrando ao Mundo que no seu seio se agita a maior aspiração de perfectibilidade humana.

Contra a Reacção é preciso a reacção popular!

Contra a Força é necessário a união de todas as nossas forças morais e materiais!

Contra a Razão da Caserna deve opor-se a Razão das nossas consciências!

Contra a violência tornam-se legítimas todas as violências!

LER E ASSINAR Os Mistérios do Povo

Um novo pronunciamento militar das forças afectas ao general Gomes da Costa

Final, sempre se confirmaram as divergências

O comandante Mendes Cabeçadas bem se esforçou, nestes últimos dias, em desmentir aos jornalistas os boatos de desinteligências entre os membros do governo. De nada lhe valeram, porém, esses desmentidos, porque, ontem de manhã, eles tiveram uma eloquente confirmação.

O comandante Mendes Cabeçadas, que tinha sido investido dos cargos de presidente do Ministério e de ministro do Interior, foi, por imposição do general Gomes da Costa, como se verifica no ultimatum que noutro lugar publicamos, destituído daqueles cargos. Para levar o comandante Cabeçadas a esse convencimento, as forças afectas ao general Gomes da Costa fizeram ontem um pronunciamento militar, que é como quem diz:

—Vocês retirem-se porque não nos convém!

E o comandante Cabeçadas, que durante o exercício das funções de presidente do Ministério tinha sido duma espantosa pusillanidade, cedeu à imposição do general Gomes da Costa, retirando-se.

O comandante Mendes Cabeçadas fala à "Batalha"

Um nosso redactor, na hora crepuscular do presidente do Ministério, procurou, no quartel do Carmo, o comandante Mendes Cabeçadas.

O ex-presidente do Ministério, visivelmente abatido, recebeu-nos cordalmente. Não era seu desejo falar-nos. Mas impunha-se que nos dissesse qualquer coisa a propósito das imposições do general Gomes da Costa. E assim depois de muito insistido o sr. Mendes Cabeçadas declarou-nos:

—Pelo sr. general Gomes da Costa foi-me imposta a demissão de presidente do Ministério e de ministro do Interior.

E depois com certo cansaço:

—Como não desejo efusão de sangue cedi.

—Mas v. ex.ª estava tão desacompanhado?

—Não, senhor. Eu é que não desejo efusão de sangue, como já disse.

—A que atribui a imposição do sr. general Gomes da Costa?

—Nem eu mesmo a compreendo. A minha permanência no Ministério não me parece que possa constituir um perigo para o país. Muito pelo contrário.

—A atitude do sr. general parece indicar que houve desinteligência entre os membros do governo e v. ex.ª...

—Torno a asseverar-lhe que não houve divergências. Ontem, quando pela última vez reüní com o sr. general, não suspeitei que entre nós, horas depois, se passasse o que já é do domínio público.

A terminar:

—A minha resolução é a única que se harmoniza com os interesses do país. Entendem que eu já não convenho e eu vou-me embora.

E o comandante Mendes Cabeçadas, rodeado de amigos que procuravam animá-lo, lá se ficou enquanto nós nos dirigíamos para a redacção a fim de alinharmos estas linhas.

Como se fechou o cárcere a Lisboa

A's primeiras horas da manhã, apareceram formadas, e prontas a marchar, em volta de Lisboa, todas as forças que há longo tempo se achavam acampadas nos arredores. Cumpriam-se ordens do general Gomes da Costa. Bem depressa se compreendeu que a situação se agravava extraordinariamente.

O destacamento n.º 1, constituído pelas tropas acampadas em Sacavém, estendeu-se em linha que, partindo daquela localidade, passa no alto 61 apontado na Carta do Estado Maior, e vai até Beirólas, lugar que ficou também ocupado por uma companhia do mesmo destacamento.

O destacamento n.º 2—tropas da Amelxoira—ocupou a linha que vai de Freixo a Telheiras, tomando a Estrada de Carnide.

O destacamento n.º 3—Queluz—seguiu para Monsanto.

Durante o dia, estas forças foram alinhando-se por Lumiar e Bemfica, de maneira a avançarem simultaneamente sobre

a capital. Ainda por ordem do general Gomes da Costa, as tropas ocuparam pontos estratégicos pela seguinte disposição:

Na Portela: obuzes de campanha e infantaria 2.

Em Moscavide: infantaria 7.

Em Monsanto: da Quinta do Pinheiro seguiram: artilharia 8 e artilharia de montanha.

Em Beirólas: infantaria 21.

Na quinta da Trindade: 7.º grupo de metralhadoras.

No Casal Vistoso, ao Arriero: cavalaria 4.

A coluna da 8.ª Divisão (Braga) que se encontrava em Queluz, no total de 1600 homens, foi ocupar a serra do Monsanto.

Compunha-se de infantaria 3, 8, 20 e 29, 8.º grupo de metralhadoras e o grupo de artilharia a cavalo.

Além da coluna mista da 8.ª divisão, postaram-se na Serra do Monsanto, forças de infantaria 1, de cavalaria 2 e artilharia 3, tendo formado patrulhas que revistavam meticolosamente os carros.

O 1.º grupo de metralhadoras também tomou posição na Cruz das Oliveiras.

Na Ajuda, os quartéis foram encerrados e em sua volta estabeleceram-se vedetas.

Os obuzes de campanha tomaram posições em Sacavém.

De Beirólas, foram camiões carregados de material de guerra e vários carros militares com pólvora e cunhetes. Após o toque de alvorada as tropas, tendo tomado café, levantaram os bivaques, iniciando-se desde logo a marcha sobre Lisboa.

A flotilha de marinha, que tem a sua sede em Vila Franca de Xira, aderiu incondicionalmente às forças de Sacavém.

Dentro de Lisboa, as tropas aqui aquarteladas ocuparam os pontos predominantes: Campolide, Parque Eduardo VII, Penha de França e Castelo.

O "ultimatum" ao comandante Cabeçadas

Dispostas as forças para o avanço sobre Lisboa, iniciaram-se as conversações que precedem sempre as acções que se consideram decisivas para o triunfo. Então, o general Gomes da Costa enviou ao comandante Mendes Cabeçadas a seguinte carta:

«Ex.ª Sr. Capitão de mar e guerra Mendes Cabeçadas,—Recuzou-se V. Ex.ª, sistematicamente, a aceitar todas as propostas de conciliação para a marcha regular do governo. Deixou-se perturbar e manietar por influências hostis ao movimento revolucionário que o Exército levou a efeito—não o ignora V. Ex.ª—com este objectivo único: a dignificação da Pátria e a reabilitação da República.

Vejo-me, assim, dolorosamente coagido a desistir da colaboração de V. Ex.ª no governo cuja presidência assumi a fim de evitar a discórdia que já principiava a fermentar no seio do Exército Português, perturbando o meu comando pela sua acção imprudente e irreflectida, que preparava o fracasso do grande movimento nacional revolucionário de 28 de Maio.—Quartel General de Sacavém, 17 de Junho de 1926.

—O chefe do governo: **General Gomes da Costa**.

Imediatamente, aos restantes ministros era enviada a seguinte carta:

«Sabe-o V. Ex.ª. Fui chamado pelo Exército a comandá-lo e a conduzi-lo à vitória para dignificação da Pátria e da República.

Tive, porém, a infelicidade, quando supunha chegada a hora de iniciar uma série de medidas práticas, de encontrar da parte do sr. comandante Mendes Cabeçadas uma resistência tão constante e sistemática que cheguei a ver em perigos a finalidade do movimento, a sagrada comunhão do Exército Português e o prestígio do meu nome.

Conhece V. Ex.ª a minha última tentativa no conselho de ministros de 16 do corrente.

Essa tentativa falhou. Com ela, resolvi pôr de parte, como inúteis, todos os esforços suaviosos que baladamente procurei empregar para esclarecer e resolver um assunto de tanta magnitude. Uma situação de manifesto risco para a Pátria lançou-me no único caminho que, há muitos dias, eu sentia ser aquele que o País inteiro me indicava: a concentração da autoridade.

Decidi-me ao uso da força. E é, interpretando as aspirações já dificilmente reprimíveis do Exército Português que tive a

honra de comandar em nome da Pátria e da República, que, de hoje em diante, dispense o concurso do sr. comandante Mendes Cabeçadas.

Noutra emergência, esse concurso seria-me muito grato. Porém, num momento como o de hoje, decisivo para a vida nacional, não posso aceitá-lo.

Ouso esperar de V. Ex.ª a honra da sua valiosa e patriótica colaboração no governo cuja presidência sou forçado a assumir, por não me ser possível, com dignidade, trair a voz imperativa do Interesse Nacional e da dignificação da República.

Rogo, portanto, a V. Ex.ª a fineza de vir conferenciar comigo a este Grande Quartel General em Sacavém.

Grande Quartel General em Sacavém, 17 de Junho de 1926. O chefe do governo, **General Gomes da Costa**.

O comandante Cabeçadas respondeu imediatamente com a seguinte carta:

«Ex.ª Sr. general Gomes da Costa:—A uma hora da tarde reünirá o conselho de ministros para me habilitar a dar-lhe uma resposta à sua carta de hoje. O presidente do ministério, **Mendes Cabeçadas Júnior**.

O portador das cartas do general Gomes da Costa para o comandante Cabeçadas e para os restantes membros do ministério, foi o tenente João Herculano de Moura que regressou a Sacavém às 13,30 com a resposta do chefe do governo.

A dois tenentes que foram a Sacavém, como emissários de Mendes Cabeçadas, solicitar esclarecimentos acerca da situação, respondeu Gomes da Costa, asperamente:

—A situação é bem clara. O comandante Mendes Cabeçadas deve entregar-me o direito os poderes de chefe do governo, pois doutro modo ver-me-ia obrigado a tirar-lhos pela força.

Os emissários voltaram para Lisboa, com aquela resposta.

Mendes Cabeçadas teria pensado na resistência?

Entretanto, o comandante Mendes Cabeçadas dava vários passos que faziam crer que buscava elementos de resistência.

—Ao ministério do Interior foram-se oferecer muitos oficiais e populares, cujos serviços não foram aceites. Ao que consta, parece que se pensou em mandar vir, do Algarve, infantaria 33 e 4, que se tinham retirado de Lisboa, no domingo, por ordem do ministério da Guerra.

Enviou um emissário a consultar as unidades da guarnição, mas o resultado do inquérito desanimou Cabeçadas. O ministro da Marinha, comandante Jaime Afreixo, também se desempenhou de uma qualquer missão, cujo resultado não foi o desejado.

De manhã, o comandante Mendes Cabeçadas esteve no governo civil, de onde seguiu para o quartel do Carmo. O conselho de ministros, convocado expressamente, não se reuniu por haverem faltado os ministros militares.

Sentindo-se isolado, Mendes Cabeçadas enviou ao seu adversário a seguinte carta:

«Ex.ª Sr. general Gomes da Costa:—Tendo verificado a impossibilidade de resistir à sua imposição e convencido de que os interesses da República não estão em perigo, deixo-lhe o governo, certo de que v. ex.ª e os ex.ªs ministros que o acompanham saberão defender e prestigiar a República portuguesa e promover o bem da Nação, como sempre eu desejei. De v. ex.ª, **José Mendes Cabeçadas Júnior**.

Com esta carta se consumava o triunfo do general Gomes da Costa. Logo se iniciou o movimento para a ocupação militar da cidade.

Ao cair da tarde, Gomes da Costa atravessava as ruas, em direcção ao Terreiro do Paço. Veio tomar posse do seu cargo de presidente do ministério, tendo jurado defender a República.

Depois da posse foi dada ordem para que o castelo de São Jorge e os navios da guerra içassem a bandeira nacional e salvassem com tiros de artilharia. Assim se fez, como em tempo de guerra.

A proclamação do general Gomes da Costa

O general Gomes da Costa fez distribuir a seguinte proclamação:

«Nação. Ao Exército. Pela Pátria e pela República.

Sou português e sou soldado. Amo a verdade e as situações claras.

Assumir o comando do Exército Nacional em armas, jurei bater-me pela Pátria contra os seus inimigos e pela República contra os seus maus políticos. Não podendo

Representação dirigida ao sr. ministro da Justiça por Artur Virgílio Alves dos Reis
e seu advogado dr. José Soares da Cunha e Costa

Tal nomeação, subversiva dos mais comensais princípios da organização judiciária, pois até poderia dar-se o caso de um juiz de 3.^a classe vir a pôr em cheque um magistrado da nossa Cassação, foi muito mal recebida pela Magistratura, ati-

Com efeito, repetidas vezes foi a sede da firma invadida por gente dependente da Investigação, e até de outras entidades mais

v. Ex. - já parte, se convencerem de que nem a recta nem serena Justiça tem presidido às actuais investigações, nada mais é preciso do que passarem pelos olhos as *notas oficiais* por eles fornecidas, durante muito tempo, à imprensa, pois a simples leitura dessa *invenção* ilegal e odiosa dá a medida

Mas como poderá o magistrado, que directa e até apaixonadamente interveio na investigação policial, e nesta principiou por violar, a péis juntos, todas as garantias de defesa, assegurar ao arguido, em instrução contraditória, essas garantias?

para fazer

Justiça!

P. D.

a) **Artur Virgílio Alves Reis**

a) **O advogado, José Soares da Cunha e Costa**

LA NOVELA IDEAL

Acaba de chegar o n.º 3 desta revista intitulada **Pigmalion**, de Federica Montseny. — Preço, \$50. — Pedidos à administração de **A Batalha**



Nos comités militares do Porto estão metidos monárquicos

PORTO, 16.—A carta que o tenente sr. Barroso publica hoje na imprensa, causou entre o público bastante sensação—pela sua clareza, pela sua energia, pelos seus pontos esclarecedores acerca da tramóia que alguns oficiais da 3.ª divisão—que se supõem sejam monárquicos a pescarem nas águas turvas—andam para aí a desenvolver.

Como a achamos interessante e deveras elucidativa, não resistimos à tentação de a transcrever, sendo nosso apenas o itálico: «Sr. Redactor:—Tendo lido no número de ontem do seu conceituado jornal, e no *Século* de hoje, a notícia de que os oficiais da 3.ª Divisão do Exército haviam feito, ou iam fazer, certas imposições ao actual governo—eu, como oficial da guarnição do Porto que me preso de ser, e das officas que conscientemente cumpre os seus deveres e conscientemente exerce os seus direitos, informo V. que essa notícia carece de fundamento, porquanto nem eu a tal respeito fui até hoje ouvido, nem, pelo menos que eu saiba, igualmente fui consultado a grande maioria dos meus camaradas de todas as unidades da guarnição.

Nestas circunstâncias, portanto, se alguma exigência há feita, a sua responsabilidade compete exclusivamente a uma minoria insignificante, que de modo algum representa a officialidade da Divisão, que até hoje, que me conste, não conferia a quem quer que fosse poderes para que em nome colectivo fale e imponha... como quem tem a Divisão na barriga.

E agora, sr. Redactor, lavrado o meu protesto, permito-me V. umas breves considerações sobre as tão faladas exigências. Pelo que uma delas é o afastamento do sr. Comandante Cabeçadas da governança pública, por segundo dizem, ser político, e com políticos manter relações e compromissos, e a sua substituição pelo sr. comandante Filomeno da Câmara, que com os srs. generais Gomes da Costa e Carmona constituiria um triunvirato ao qual seria confiada a gerência da pasta do Interior.

Semelhança imposição não resiste a dois minutos de crítica imparcial e desassombrada.

Senão, vejamos: 1.º—Se o comandante Cabeçadas é político, igualmente o é o sr. tenente Filomeno, que ainda na extinta legislatura, de tão triste memória ocupou um tautuê nas bancadas nacionalistas, não sendo portanto pável a vantagem de tal substituição.

2.º—Se os reclamantes pretendem que o triunvirato seja constituído por três representantes da força armada, e se indicam como delegados do Exército de que fazem parte, os nomes dos srs. generais Gomes da Costa e Carmona, justo e lógico seria que a Marinha de Guerra facultasse ampla liberdade de escolha do 3.º nome, como sendo o do seu representante.

Duma maneira geral acerca da imposição, a minha opinião é que, neste conflito, o Exército apenas deve ser um fiel mandatário da Nação que lhe paga, e que, portanto, a nenhum dos seus membros assiste o direito de se valer da oportunidade para fazer vingar caprichos menos legítimos ou pontos de vista estritamente pessoais, que o País não perflha nem aplaude.

O que a Nação unanimemente reclama é um governo que honestamente administre os dinheiros públicos, e que sem complacências nem tibiezas criminosas castigue todos os delinquentes aos quais conveniências políticas hajam até hoje garantido a impunidade.

Esta é que me parece ser a vontade da Nação que o Exército tem por dever fazer executar sem tergiversações e para essa empresa reconheço ao governo tal qual está competência e capacidade mais do que suficiente.

Está-se ou não a conhecer que os tais comités militares são obra de monárquicos disfarçados, como anteriormente a 19 de Janeiro?

E' por isso que os oficiais do regimento 32, de Penafiel, que desde os momentos incertos se collocam ao lado do movimento, declararam publicamente que nada têm nem querem ligações com qualquer comité, cumprindo unicamente as ordens do general Gomes da Costa.

E' por isso também que o espírito público, que se interessa pela marcha dos acontecimentos e se conserva aprensivo pelas prováveis surpresas, tem avidamente aqueles informes sobre o encontro com os delegados da 3.ª divisão que o delegado da 6.ª divisão, de Vila Real, teve, em Lisboa, e em cuja reunião o último representante de Vila Real, tenente Silva, teria dito que «as reclamações das tropas da 3.ª divisão não tinham absolutamente importância»; que «alguns officas, em número muito diminuto, chefiados por dois indivíduos que tiveram um papel importante na *Trautlândia*, haviam desistido de certos popósitos, em face dos officas que se encontram no sul lhes mandar dizer que não tinham força suficiente para qualquer tentativa revolucionária».

Estas notícias, transcritas pela imprensa de cá do jornal *A Tarde*, foram bastante comentadas, porque ninguém desconhece que há officas da... *Trautlândia* que tentam embaralhar tudo...

Estes testemunhos são óptimos... A declaração de que a 6.ª divisão só obedece a Mendes Cabeçadas foi bem recebida. Que está na forja?

Um protesto contra uma fanfarro-nada iniqua

A Direcção do Sindicato dos Compositores Tipográficos, apreciando as palavras do sr. Mousinho de Albuquerque publicadas na imprensa e nas quais afirmou que a vida dum jornal dependia da acção de três soldados, resolveu levantar o seu mais veemente protesto contra tais afirmações, lamentando que as pessoas investidas na *salvação nacional* tenham em tão pouca consideração a vida dos jornais e a de quem nelles trabalha.

«A BATALHA» no Funchal vende-se no Bureau de La Presse.

ATRAVÉS DA ÁFRICA

LOBITO, A GRANDE CIDADE MARITIMA DO FUTURO

Impressões do porto às primeiras horas da madrugada -- Como se criou, rapidamente, o segundo centro comercial de Angola -- O desenvolvimento da construção do caminho de ferro e a morosidade das obras do porto -- O problema de «Katanga» de grande interesse para portugueses

Uma linda cidade que pode ser devorada pelo mar

Turvado pela ansiedade de desvendar e conhecer todas as riquezas, costumes pitorescos, mistérios seculares que se entesouram nos longínquos sertões destas terras de Angola, larguei com destino aos portos do sul.

Embarco no «Cabo Verde», por uma bela noite cálida e ardente, em que um luar claríssimo encharca de prata líquida a baía de Loanda. Como num desenho a negro sobre azul esvaído, estufam-se os morros que circundam o ponto e recorta-se a sombra sinuosa da cidade alta; dondres e lugares balouçam-se impelidos pela aragem; faros vermelhos e verdes põem laivos trêmulos no espelho das águas, como que a diluirm gotas de tintas luminosas; e ao largo, rompendo a penumbra prateada, o farol da ponta das Lagostas, não cerra as suas pálpebras fosforescentes, em incansável vigília sobre o Oceano.

O cais dorme, descuradamente, e no grande silêncio nocturno, só a momentos quebrado pelo cantado alerta das sentinelas negras, a cidade vai ganhando maior porção de encanto.

Troco as últimas despedidas com amigos que vieram dizer-me adeus—camaradas amabilíssimos, rapazes dos jornais e do cavaco literário—e, depois, o barco começa a deslizar, contornando a ilha, cortando suavemente as águas, deixando atrás de si uma estrada de espuma onde borbulham fosforescências de prata, cristais e diamantes. E, dentro em pouco, Loanda não é mais do que uma mancha sombreada, com alguns pontos luminosos a debuxarem o seu contorno.

Entre os passageiros, vai D. António de Almeida, governador do Moxico, companheiro culto e cicerone amável, imensamente sabedor de coisas africanas. Alguns momentos de cavaco interessante, e afastando-me para a popa do navio, sob o pálio alvor das estrelas, e penso muito em Portugal...

Após duas noites e um dia de viagem, depois de mal tocarmos nos portos de Amboma e Novo Redondo, dos quais lhes farei mais oportunamente, chegamos certa madrugada a terras de Benguela, desembarcando no famoso porto de Lobito.

Vista assim, às primeiras horas da manhã, no céu ainda as últimas estrelas, nos olhos um resto de sono, entre palmeiras, com elefantes, *chalets*, pequenos palácios, mimosos jardins orlados, e pacotes mesmo armados à terra, deu-me a sensação daqueles postais ilustrados que reproduzem terras estrangeiras, qualquer coisa de aguarela muito fresca e azul, e com um sabor salino, cheiro a carvão e rumor cosmopolita.

Desembarco, e, a pesar do burgo ainda adormecido, olhando para as ruas, para as casas, para as obras do Porto e Caminho de Ferro, para o movimento espantoso que rapidamente se improvisou, sinto que vai erguer-se aqui um dos maiores portos de África e uma cidade de tão grande futuro que poderá ser a segunda, ou quem sabe—se, mesmo, a primeira de Angola.

Há cerca duma dúzia de anos Lobito era pouco mais do que uma praia arenosa, com algumas palhotas de pretos e uma insignificante barraca do posto alfândegário, tudo absolutamente diferente e muito distante do movimento económico que actualmente se nota e da cidade moderna, com sua ponta de luxo, que já esboça.

Ainda em 1912 o movimento comercial da sua alfândega era, apenas, de 2.000 contos, com um rendimento aduaneiro de 200 contos; ao passo que Benguela tinha o dobro e Loanda quasi o triplo. Nos últimos anos, mesmo com o porto ainda em construção, o movimento começou a aumentar, dando-nos já em 1921 um movimento comercial aproximado de 20.000 contos, com um rendimento aduaneiro de cerca de 2.000 contos—ou seja o dobro do movimento de Benguela e dois terços de Loanda.

Quere dizer: em dez anos Lobito conquistou o segundo lugar aduaneiro da província de Angola, caminhando, actualmente, quasi a par da capital, e devendo vir a excedê-la logo que o Caminho de Ferro de Benguela chegue a Katanga, conforme está projectado. Como foi possível tão rápido desenvolvimento, que logo permitiu aqui a fixação dum importante núcleo europeu?

Muito simplesmente, devido às excelências do seu porto-mar com bafá ancorável de 420 hectares, inteiramente limpa, profundidade de 6 a 40 metros, onde podem fundear 70 navios de alto bordo—e com esta vantagem única nos portos da Costa Ocidental: os maiores paquetes podem atracar ao cais, saluando passageiros e carga do navio para terra, visto que mesmo junto à ponta de desembarque há sempre água suficiente, registando-se funduras de 17, 22, 32, 35 e até 43 metros, o que permite o atracamento de navios tonelados. Só este aspecto, que representa enorme comodidade, bastante economia em dinheiro e tempo no embarque e desembarque de mercadorias, justificaria a preferência dada ao porto de Lobito. Mas um outro factor, igualmente importante, concorre para tal valorização. E' que Lobito é testa do Caminho de Ferro de Benguela, já hoje a maior e mais importante linha do C. de F. de Angola, e serve as vastíssimas regiões do planalto de Benguela, compreendendo este distrito, o do Bié, Moxico, Cubango, possivelmente a Lunda, até à fronteira belga e daqui a Katanga—a célebre região mineira dos cobres, em plena actividade e exploração.

Já tem este caminho de ferro 725 kilómetros em exploração, atravessando todas as regiões indicadas, onde há altitudes que vão de 10 a 1854 metros, estando neste momento a concluir-se a ponte no Alto Quau-

za, para que os comboios rompam, através de anharas e morros, caminho do Moxico e fronteira, num percurso aproximado a 1300 quilómetros. Bastaria tal obra de penetração através de importantes zonas agrícolas para que os resultados desta magnífica obra de fomento viessem influir no desenvolvimento do Lobito.

Mas existe outro objectivo muito mais importante. E' que este caminho de ferro, logo que chegue a Katanga, necessariamente terá a preferência da empresa mineira no transporte do cobre para o seu destino que é Southampton. Entre Katanga e Southampton, a via terrestre e marítima mais próxima e, consequentemente, mais económica é Lobito; e tão valiosa esta diferença económica que a empresa mineira, em caso algum, a poderá deixar de aproveitar. Para se compreender a importância deste problema é preciso analisar os seguintes números: O minério que hoje sai de Katanga tem de ir pelo C. de F. da Rodésia, à Beira, com um percurso de 3159 quilómetros em via terrestre e 7855 milhas em via marítima, para chegar ao seu destino. Se a Empresa preferir a via Cabo terá redução de via marítima, que será de 6350 milhas, mas terá um acréscimo de via terrestre, que será ainda num total de 4265 quilómetros. «ó a via Lobito (Caminho de Ferro de Benguela) lhe dará redução absoluta, com um percurso que será apenas de 1980 quilómetros, na via terrestre, e 4900 milhas de via marítima.

Estes números marcam, eloquentemente, a vantagem enorme a favor deste Caminho de Ferro da África Portuguesa. E já se presente, pelos preparativos que acelera a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, o que vai ser de notável esmo movimento, com dois ou três comboios por dia, logo de início, transportando o minério para o porto de Lobito, onde, semanalmente, irão navios recolhendo a preciosa carga. Mas não só o transporte do cobre trará um considerável aumento de pessoal, movimento e acréscimo de receitas directas e indirectas para o Estado—que já participa, com 300.000 acções, nos interesses da Companhia do C. de F. de Angola, como também toda a região do Sul de Angola poderá encontrar em Katanga um esplêndido e necessário mercado para colocação de cerejas, peixe de conservas, latifícios, legumes, frutos, hortaliças e outros mantimentos, o que será duma considerável importância económica para a província de Angola—se esta souber aproveitar.

Evidentemente que se trata duma obra de resultados gigantescos, e cujo exato aboluto demanda um aturado plano de preparação. Contudo, isto que preocuparia, bastante, qualquer país bem orientado, não vejo que seja objecto de grande atenção por parte dos governos de Angola e da Metrópole. E o Caminho de Ferro, segundo boas informações, em 1927 deve estar na fronteira e em 1929 deve chegar a Katanga.

Saberá alguma coisa deste insignificante assunto o governo de Portugal ou o sr. ministro das Colónias?

Parece-me que pouco sabe, ou então não liga importância a bagatelas... Porque, se assim não fosse, não sucederia o que está sucedendo com as obras do porto de Lobito, que correm morosas, com péssima orientação administrativa, tudo indicando que o porto não estará concluído em 1929, o que será um fiasco, além dos graves prejuízos que pode acarretar, comprometendo o retardando o êxito da notável obra de fomento a que me venho referindo.

O primitivo projecto das obras do porto era qualquer coisa muito grande, orçado em alguns milhões de libras; mas depois optou-se por uma construção parcelar; que não compromete a unidade do projecto, e assim se começou em 1920 a 1.ª secção do grande cais, numa extensão de 400 metros, para se acudir ao primeiro movimento e ir criando receitas.

Norton de Matos teve a compreensão do problema, prestando-lhe atenção e activando as obras que foram adjudicadas pela casa Pauling & C.ª de Londres, sob a fiscalização dum engenheiro português director do porto. Porém, com a retirada de Norton, afrouxou a actividade da obra e encontrei quasi paralisada, com o desgosto e descontentamento de toda a gente.

Notar, ainda, que, a pesar do C. de F. estar em meio da sua exploração, e do seu movimento não ser nada do que virá a ser, já em 1924 accusou movimento de 225.458 passageiros, e receita, proveniente de bilhetes e mercadorias, num total de 22.490 contos.

A água vendida no Porto de Lobito, durante o mesmo ano, atingiu receita líquida de 152 contos; e o rendimento da ponte-cais, que ainda é de madeira, foi de 371 contos.

Todos estes números dão uma rápida ideia da valiosa obra de fomento aqui criada em menos duma dúzia de anos, e fazem prever o grande futuro de Lobito, que virá a ser a primeira cidade marítima da Costa Ocidental.

Lobito já hoje é um dos mais importantes centros de actividade da província, com grande movimento comercial e uma constante população flutuante de europeus e indígenas que vêm do Interior, e de estrangeiros que desembarcam no porto.

Como população fixa e local movem-se aqui mais de mil europeus, nacionais e estrangeiros, e 6.000 indígenas principalmente ocupados no Caminho de Ferro, Fazenda Agrícola do Canequel, carga, descarga e construção do porto.

No respeitante a vida associativa existe, apenas, uma Associação Comercial, Industrial e Agrícola, e alguns grupos desportivos. A pesar-duma população ferroviária que, entre europeus e nativos civilizados, é superior a 500 indivíduos, não há qualquer

associação operária. Alguns ferroviários com quem falei lamentam-se deste facto porque—dizem eles e com muita razão—embora a sua classe seja ordeira, há sempre reclamações a apresentar, interesses a defender, que melhor se solucionam no meio associativo.

Sobre vida official e organização de serviços públicos, Lobito está na situação de circumscripção ou concelho de 1.ª classe; tem Câmara Municipal, magro orçamento de 767 contos com que custeia deficientes serviços de iluminação, limpeza, instrução e algumas pequenas construções. A parte mais importante de aforreamento da terra e melhoramentos locais está a cargo duma comissão autónoma com encargos e receitas especiais. Não surpreende a deficiência dos serviços municipais desde que se saiba que estes em 1914 ainda estavam a cargo de Benguela, tendo depois transitado para Catumbela onde estiveram até 1913, e só nesta data veio a sede para Lobito, tendo, ainda, instalações provisórias que não estão à altura do palácio municipal que Lobito precisa ter.

Encerro esta crónica evocando a impressão maravilhosa que recebi na tardeinha, ao pôr do Sol, lá de cima na Serra da Quileva onde me levô a gentileza dos meus amigos Alberto Crizostomo, José Stropm e sua esposa—para que os meus olhos gosassem do soberbo espectáculo desta cidadezinha-cromo, cidade azul erguida numa ilha quasi flutuante que o mar beija e namora com perigoso amor...

Assenta a cidade na restinga de areia e argila que se projecta da costa Sul, e se alonga, qual recurva serpente de ouro, quasi a focar na outra costa, como que a querer fechar o porto, transformando num lago as águas da baía.

Mede a restinga 5 quilómetros de comprimento, 60 a 120 metros de largura, e como vai sempre estendendo-se mais, de vez em quando é preciso mudar-lhe o farol que marca o extremo.

E' sobre esta superfície sobrecomprida, espécie de passadeira luzente, preguichosa, desordenada sobre o azul do mar, que a cidade se desenha a nossos pés. Primeiro o Lobito velho, cazebrs derrubados onde se acotam mendigos e pretos ladrões; depois, sucessivamente, o Mangal com salgueiros encharcados; o acampamento indígena, palhotas em fila por onde os negros gritam, pulam ou tombam na terra a descançar; as construções do posto e Caminho de Ferro, oficinas, armazéns, residências de gente operária; grandes armazéns alfandegários e um pequeno porto aduaneiro enfeitado a trepadeiras, onde se enconstam soldados negros, descalços, vestidos a caki; casas comerciais, hotéis, mais armazéns e *chalets* isolados; vagões, pelas ruas, carregados de mercadorias; residências ajardinadas, de ar estrangeiro e feliz; o palácio do governo com parque e feliz; de tenis entre krotanos e roseiras; avenidas com bonitos *chalets* alinhados, onde correm petizes descalços e só música de piano, e passam louros e rosados ingleses, traquetes na mão, já muito alegres da bebedeira do Whisky.

Percebe-se que a cidade, além da ameaça do mar, se comprime e vive espartilhada, quasi sem respirar, nas curvas malhas da restinga, e que para alargar-se, e desenvolver-se como precisa, terá de procurar o caminho desta serra ficando no belo anfiteatro a dominar o Oceano, enquanto lá baixo repousará, apenas, a cidade marítima e comercial, com seus recantos de conforto e prazer.

Pôse o Sol para as bandas de Oeste, e nesse momento de ouro ficou tão linda a cidade, que eu estremeci pensando que, um dia, o mar a pode sorver e despedaçar... Como é voz corrente e dizem algumas profecias...

Benguela, 1926.

Julião QUINTINHA

Aprendizagem profissional em França

E' deveras interessante o último número das *Informações Sociais*, que insere um longo e elucidativo artigo acerca de *A aprendizagem e a orientação profissional em França*. Obrigada pela necessidade de remediar o «deficit» quantitativo e qualitativo da sua mão-de-obra, a França precoupiou-se nos últimos tempos, a facilitar a entrada dos jovens dos dois sexos na sua vida económica, e a realizar uma distribuição racional e sistemática de valores profissionais. A Câmara do Comércio de Paris, como alguns grandes estabelecimentos industriais, autoridades municipais e escolas profissionais do Estado, têm tido no campo da aprendizagem interessantes iniciativas, recentes ainda para se fazer um juízo definitivo sobre elas, como valor industrial. Entre os organismos criados, uns são públicos, outros privados e instituídos por grupos ou associações. Mais de metade dos departamentos da França possuíam, em 1925, organismos dessa natureza e a Secretaria da Instrução Técnica subvencionava mais de sessenta. Pelo citado artigo se pode ajuizar como a França procura o seu equilíbrio económico pelo trabalho.

«O Anarquista»

A comissão administrativa deste jornal vem participar a todos, especialmente aos agentes, que achando-se a saída retardada três semanas para efeitos de regularização de serviços administrativos reaparecerá, regularmente, no próximo domingo.

IMPRENSA

«O Anarquista»

A comissão administrativa deste jornal vem participar a todos, especialmente aos agentes, que achando-se a saída retardada três semanas para efeitos de regularização de serviços administrativos reaparecerá, regularmente, no próximo domingo.

«O Anarquista»

A comissão administrativa deste jornal vem participar a todos, especialmente aos agentes, que achando-se a saída retardada três semanas para efeitos de regularização de serviços administrativos reaparecerá, regularmente, no próximo domingo.

«O Anarquista»

A comissão administrativa deste jornal vem participar a todos, especialmente aos agentes, que achando-se a saída retardada três semanas para efeitos de regularização de serviços administrativos reaparecerá, regularmente, no próximo domingo.

«O Anarquista»

A comissão administrativa deste jornal vem participar a todos, especialmente aos agentes, que achando-se a saída retardada três semanas para efeitos de regularização de serviços administrativos reaparecerá, regularmente, no próximo domingo.

Informações sociais

(Da Repartição Internacional do Trabalho, da Sociedade das Nações)

Situação mineira

Na reunião do Comité da Federação Internacional dos Mineiros, em Bruxelas, verificou-se que o único modo de melhorar a crise carbonífera seria regulamentar a produção e a distribuição. Resolveu mais auxiliarem os mineiros britânicos na defesa do seu nível de vida recorrendo, em caso de necessidade, a uma greve internacional de simpatia.

Sobre a crise carvoeira o último número das *Informações Sociais* insere os seguintes esclarecimentos:

Na Inglaterra era extraordinariamente crítica a situação em Abril. O comité industrial do congresso dos Sindicatos protestou contra o facto dos proprietários das minas haverem abandonado as negociações nacionais com o propósito de fazerem negociações regionais. O secretário da Federação dos Mineiros afirmou que em nenhum distrito os mineiros aceitarão o convite dos proprietários, nem acordos ou fixariam percentagem.

Na Alemanha, a associação dos proprietários de minas desistiu do assunto, e numa reunião foi preconizado o estabelecimento de um acordo sobre as quantidades e preços para exportação. Em fins de Janeiro somente trabalhavam nas minas do Ruhr 388.818 operários, o que representa uma diminuição de 79.175 em relação a Março de 1925. No entanto, a extracção das minas do Ruhr foi em 1925 algo mais elevada que no ano anterior à guerra, devido ao desenvolvimento do maquinismo nas minas.

Em França a produção em 1925 foi de 48.054.000 ton. de carvão, calculando-se que no corrente ano atinja 51 milhões de toneladas a pesar da dificuldade de transporte.

Na Itália a importação no ano passado foi de 10.500.000 ton. Durante os últimos meses os representantes do *Exportog* conseguiram que 170 empresas italianas comprem de futuro carvão procedente da Rússia meridional.

Na Polónia a produção elevou-se a 29.080.090 ton. em 1925. As exportações destinadas à Alemanha desceram 2.700.000 ton.

Na Espanha a produção em 1925 foi de 6.251.584 ton. Os consumidores de carvão espanhol protestaram contra o decreto que limita o emprego do combustível importado.

Na Índia a importação nos nove últimos meses de 1925 foi de 319.000 ton. de carvão. O aumento das importações procedentes de Inglaterra coincidiu com a baixa de preços.

Nos Estados Unidos da América a secretaria do comércio anunciou que a produção de antracite ultrapassou o nível semanal vulgar, pois na semana finda em 13 de Março a extracção elevou-se a 1.966.000 ton. e da hulha foi calculada em 10.691.000 ton.

No Canadá os operários mineiros de carvão da Nova Escócia manifestaram-se a favor de um novo contrato de salário sobre a base da *Memória* redigida pela comissão incumbida pelo governo de estudar a situação das minas da British Empire Steel Corporation.

Visita de estudo

A comissão de instrução e educação da Associação de Classe dos Caixeiros de Lisboa promove, no próximo domingo, dia 20, pelas 14 horas, uma visita de estudo às oficinas e mais dependências de «O Século». Cada associado poderá fazer-se acompanhar de duas senhoras de sua família. O ingresso no edificio é feito mediante a apresentação da cota de Maio ou Junho, ou cartão de convite.

LITTERATURA REVOLUCIONARIA EM CASTELHANO

Maximo Gorki	6800
Como se forja um Mundo Nuevo	6800
Cuentos de Italia	6800
La vida de un Hombre innecesario	6800
Wladimiro Koroletko	6800
El Imperio de La Muerte	6800
Dr. G. Feydoux	10800
La vida tragica de los Trabajadores	10800
Jean Masestan	10800
La Educacion Sexual	10800
El matrimonio, el amor libre y la libre maternidade	9800
E. Reclus	6800
La Montaña	6800
El Arroyo	6800
Octavio Mirbeau	6800
El Calvario	6800
P. Krapotkine	6800
La etica, La revolucion y el Estado	6800
Luis Fabbri	6800
Crítica revolucionaria	6800
H. Malatesta	6800
Ideário	6800
F. Dostoyevsky	9800
Los Hermanos Karamazov	9800

LA NOVELA SOCIAL

Interessante coleção de 10 novelas colaboradas por um bom numero de escritores revolucionários—Preço 10800

Pedidos à administração de A BATALHA

AGREMIÇÕES VARIAS

Associação do Registo Civil.—A Comissão Executiva de homenagem a Augusto José Vieira, desejando que a inauguração do mausoleu de que está encarregada tenha lugar no mais curto espaço de tempo apela para todos os republicanos e liberais e juntas de freguesia de Lisboa, a fim de se dignarem auxiliar a subscrição respectiva, enviando os seus donativos para a Associação do Registo Civil e pede a devolução das listas a todas as entidades a quem foram remetidas.

A anunciada recita de homenagem à memória daquele propagandista da liberdade do pensamento, ficou adiada para 18 do próximo mês de julho.

Vida Sindical

COMUNICAÇÕES

Descarregadores de Mar e Terra.—Devido aos acontecimentos, fica adiada sem data a assembleia geral que se devia efectuar hoje.

Sindicato Metalurgico.—*Secção de Belem.*—A comissão administrativa protestou contra o intento do capitalismo norte-americano de executar os camaradas Sacco e Vanzetti e resolveu secundar qualquer protesto que a C. O. T. leve a efeito.

CONVOCAÇÕES

REUNEM-SE HOJE.

Empregados no Comércio.—Reúnem-se amanhã a Comissão de Melhoramentos do Sindicato dos Empregados no Comércio e Indústria de Lisboa para apreciar a marcha dos actuais acontecimentos políticos, em virtude dos quais teve que interromper a acção que vinha desenvolvendo em defesa das regalias gerais da classe.

Constatando que esses acontecimentos tomam um rumo diverso daquele que seria lógico esperar, e atendendo a que durante a interrupção dos trabalhos desta, lhe caiu sobre a sua secretaria uma imensa avalanche de expedientes, com alvites, solicitações, reclamações, etc., resolveu esta reunir hoje às 22 horas na sua máxima força as Comissões de Melhoramentos e Administrativa e os delegados de secções que possam comparecer a fim de tomar deliberações sobre os trabalhos que têm de realizar.

Manipuladores de Pão.—Pelas 12 horas, na calçada Castelo Branco Saraiva, 42, 1.ª, a comissão administrativa e de melhoramentos.

Federação Mobiliária.—*Comissão Administrativa.*—A's 18.30 horas para apreciar uma exposição sobre a crise de trabalho.

Secção Telegráfica

Federações

MOBILIARIA

Sindicato de Coimbra.—Segue o officio.

Sindicato de Faro.—Digam-se recebam o expediente.

VIDA POLITICA

Partido Socialista Português.—Está convocado para 4, 5 e 6 de julho o Congresso Nacional do P. S. P. Os delegados dos agrupamentos aderentes devem apresentar-se de poderes bastantes para votar em todos os assuntos dados para ordem.

Sobre os acontecimentos que se vêm desenvolvendo na vida portuguesa, os corpos directivos comunicarão as suas instruções directamente às Federações Municipais que pela mesma forma o participarão às comissões de freguesia.

Ocorrências diversas

No posto da Cruz Vermelha do Terreiro do Paço foi pensado dando depois entrada na enfermaria de St.º António, do Hospital de S. José, Alfredo d'Oliveira e Silva, de 36 anos, natural de Lisboa, preparador de física e química na Escola Industrial Afonso Domingues, residente no pátio Daniel, 8, à calçada dos Barbadinhos, o qual caiu em Xabregas, fracturando o pé direito.

No Banco do Hospital de S. José, recebeu curativo e seguiu para casa, Alice Aurora Pratty Silva, de 45 anos, natural de Gibraltar, moradora na rua do Salitre, 193, rido-chão, que foi atropelada por um automóvel, na Avenida da Liberdade, ficando com a clavícula direita fracturada e ferida na perna e braço direito. O «chauffeur» evadiu-se.